

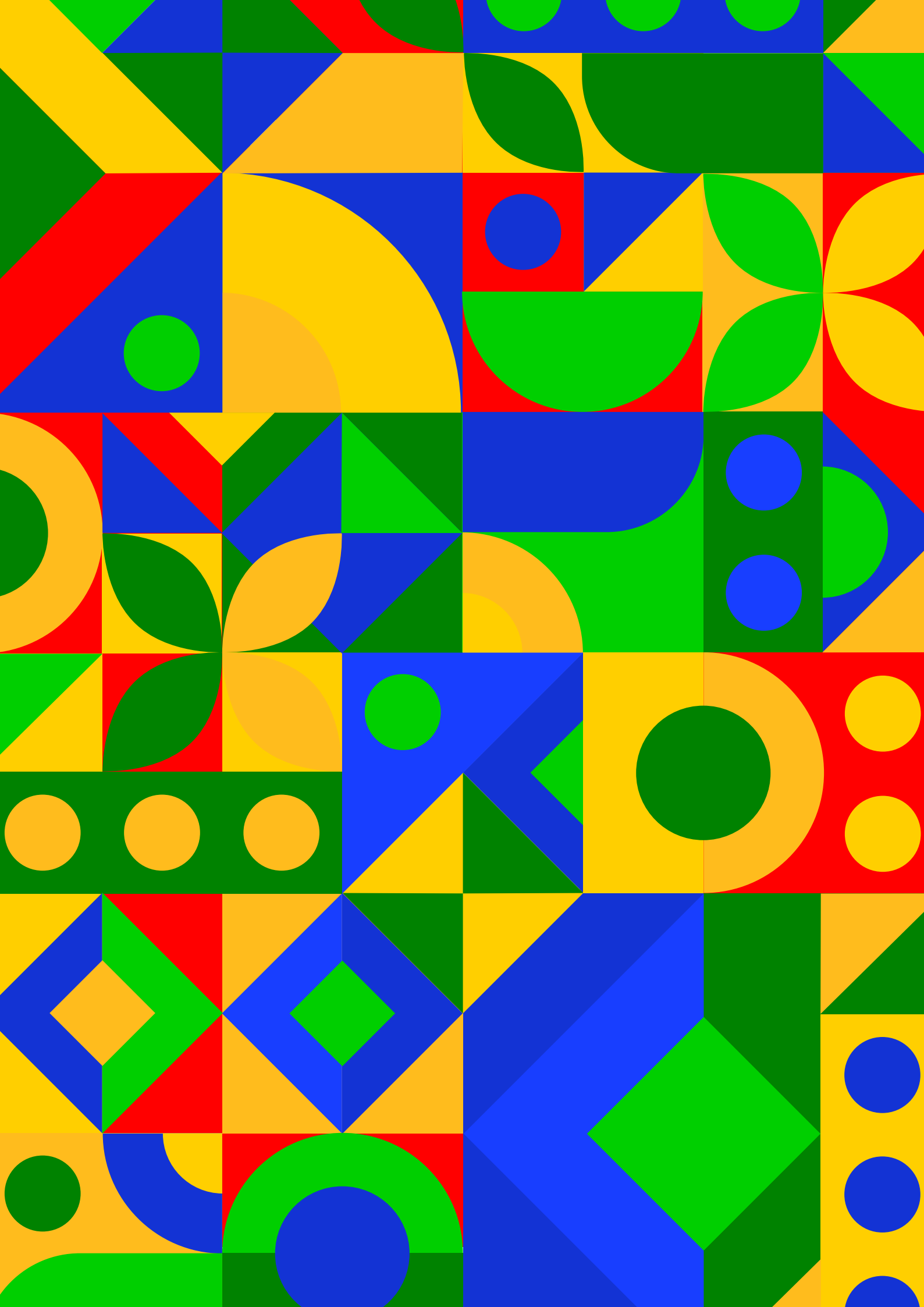


TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO

*Ministério da Gestão e da Inovação
em Serviços Públicos – 2023/24*

MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



Transformação do Estado

**Ministério da Gestão e da Inovação
em Serviços Públicos - 2023-2024**

MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos-MGI

Ministra de Estado – Esther Dweck

Secretária Executiva – Cristina Kiomi Mori

Secretário de Serviços Compartilhados – Cilair Rodrigues de Abreu

Secretário Extraordinário para a Transformação do Estado – Francisco Gaetani

Secretário de Gestão e Inovação – Roberto Seara Machado Pojo Rego

Secretário de Governo Digital – Rogerio Souza Mascarenhas

Secretário de Gestão de Pessoas – José Celso Cardoso Jr.

Secretário de Relações de Trabalho – Jose Lopez Feijóo

Secretário do Patrimônio da União – Lucio Geraldo De Andrade

Secretária de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – Elisa Vieira Leonel

Diretora-Geral do Arquivo Nacional – Ana Flavia Magalhaes Pinto

Expediente

Elaboração e edição:

Adauto Modesto Jr., Anna Carolina Venturini, Braulio Santiago Cerqueira, Clarissa Ferreira Lima Paes de Barros, Cristina Mori, Danilo Bertazzi, Denise Neumann, Fábio Koleski, Felipe Guth, Janira Borja, Livia Sobota, Luiza de Andrade Penido, Michelle Moraes, Miriam Chaves, Norberto Montani Martins, Marcos Paulo Pessoa, Patricia Mesquita, Renata Ribas, Rodrigo Lino de Brito e Wanessa Queiroz de Souza Oliveira.

Projeto gráfico e diagramação – Fábio Rodrigues

Normalização Bibliográfica: Biblioteca do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Brasil. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Transformação do Estado : Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – 2023-2024 / Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. -- Brasília : SE/MGI, 2024.
50 p. : il.

ISBN 978-65-981379-9-1

1. Gestão pública – Modernização. 2. Governo eletrônico. 3. Inclusão digital. 4. Pessoal - Relação de trabalho. 5. Serviço público – Inovação. 6. Serviços compartilhados (administração) 7. Governança corporativa. 8. Gestão patrimonial. I. Título.

CDU – 354(81)

SUMÁRIO

Palavras da Ministra	6
Palavras da Secretária	8

Transformação do Estado

10

Transformação Digital

12

Carteira de Identidade Nacional	12
No Piauí, bebês já saem da maternidade com a Nova CIN	15
Governo digital	16
A Infraestrutura Nacional de Dados – IND	17
Cadastro Ambiental Rural	18

Pessoas e relações de trabalho

20

Serviço Público Inclusivo e Diverso	20
Foco no desempenho	25
Retomada do diálogo	26
Capacitação de agentes públicos	28
CLAD reafirma papel do Estado na construção de um mundo inclusivo e democrático	29

Gestão e Inovação

30

Compras governamentais	30
A “formiga” ganhou a concorrência para 60 kits. E fez a economia rodar	33
Serviços compartilhados	35
Direito à memória	36
Memórias e parcerias que enchentes não destroem	38
Cooperação federativa	39

Empresas estatais e patrimônio público

41

Governança das Estatais	41
Imóvel da gente	43
Patrimônio público ocioso se transforma na casa própria	45

Conheça mais sobre o MGI

46

Estrutura organizacional do MGI	47
Estratégia do MGI	48
Conheça os 13 objetivos estratégicos do MGI:	50

Palavras da Ministra

Da digitalização de serviços públicos à gestão de pessoas e do patrimônio da União, são inúmeras as responsabilidades do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o MGI. Uma missão comum orienta nossa atuação: transformar o Estado brasileiro e desenvolver capacidades estatais para entregar melhores políticas e serviços públicos à população.

Nesta publicação, apresentamos um panorama do que temos feito no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, potencializando a inovação no setor público para um futuro mais sustentável, mais inclusivo, mais digital e mais democrático.

Nas próximas páginas, tratamos das iniciativas do governo que retomaram o respeito e a valorização de quem dedica a vida a servir ao público, com reconhecimento em um ambiente de trabalho mais seguro, equitativo e democratizado. Estamos recompondo, em parte, os quadros do Estado brasileiro com profissionais de excelência em áreas estratégicas da administração pública, articulando o recrutamento à inovação representada pela realização da primeira edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU).

Também será possível ver que brasileiras e brasileiros já conseguem acessar mais de 90% dos serviços de governo de modo digital na plataforma Gov.br. Mais de 16 milhões de cidadãos e cidadãs já possuem a sua nova Carteira de Identidade Nacional, um movimento acelerado em 2024, garantindo segurança e, sobretudo, cidadania nesta iniciativa que, pela primeira vez, cria uma identificação única biométrica no país.

À facilitação do acesso a serviços e cidadania pela população e pelo setor privado, soma-se a elaboração da Estratégia Nacional de Governo Digital, agora no núcleo da Transformação do Estado. Em torno dela encontram-se o apoio aos entes federados e iniciativas como a Infraestrutura Nacional de Dados para garantir, ao mesmo tempo, maior eficiência ao governo e soberania em relação aos dados de toda a população.

Em relação ao patrimônio do povo brasileiro – os imóveis da União e as estatais federais –, transitamos da alienação a qualquer custo para a democratização do uso de imóveis, em parceria com governadoras/es e prefeitas/os, e para o fortalecimento da governança das empresas com promoção da diversidade, da sustentabilidade e com o compromisso com a eficiência e soberania.

Na administração pública, investimos na gestão compartilhada de atividades e prestação de serviços de suporte, realidade presente em 13 ministérios que compõem o ColaboraGov, proporcionando economia e ganho de eficiência para a máquina pública. Também estamos trabalhando para alinhar as compras públicas com outras políticas prioritárias e para que se tornem um instrumento de desenvolvimento sustentável e de inovação, priorizando a contratação de micro e pequenas empresas, produtos fabricados e desenvolvidos no Brasil e produtos e serviços mais sustentáveis.

Reconstruir um Estado inclusivo, democrático e efetivo em sua missão de servir à população brasileira requer criatividade, inovação e escuta ativa da sociedade, como a proporcionada pela Câmara Técnica de Transformação do Estado, hoje em operação criada no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável. O diálogo federativo, também presente nas iniciativas do MGI, da implantação da Carteira de Identidade Nacional (CIN) aos Fóruns Estaduais de Apoio ao Programa de Democratização dos Imóveis da União, reforça o caráter democrático das transformações do Estado em curso.

Uma transformação do Estado que não constitui um fim em si mesma, mas um meio para impulsionar o desenvolvimento sustentável e melhorar a vida de todas e todos. Em especial, das pessoas que mais precisam de cuidados.

Boa leitura!

Foto: Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Esther Dweck

Ministra da Gestão e da Inovação
em Serviços Públicos

Palavras da Secretária

Transformar o Estado para melhorar a vida das pessoas é o compromisso que move quem trabalha no MGI. Temos a missão de fortalecer as capacidades estatais para promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental rumo a um futuro que deve ser inclusivo, digital e verde.

Nos últimos dois anos, todas as pessoas que dedicam seu trabalho diário ao MGI têm se empenhado em democratizar o serviço público, o patrimônio público e as organizações que compõem o Estado. Um Estado democrático, inovador, resiliente e inclusivo faz parte dos nossos anseios e das nossas possibilidades.

Embora o MGI seja um ministério jovem, ele está alicerçado na experiência, profissionalismo e dedicação das pessoas que nele atuam como lideranças, servidoras e trabalhadoras terceirizadas, em um ambiente de muita confiança. Nesses dois anos, o MGI desenvolveu um amplo catálogo de boas práticas na gestão pública, as quais servem de inspiração para instituições de governo nacionais e de outros países. Como exemplo temos o Concurso Público Nacional Unificado, o “Enem dos Concursos”, uma experiência pioneira de seleção que chegou a todos os cantos do país para compor um serviço público com a cara do Brasil. Temos também o ColaboraGov, o Centro de Serviços Compartilhados, que permitiu um arranjo colaborativo para a provisão de serviços administrativos a vários órgãos, reduzindo custos e garantindo eficiência.

Além disso, o Ministério, em parceria com outros órgãos da Administração Pública Federal, implementou **políticas e programas inclusivos para enfrentar as desigualdades estruturais, promover a igualdade e combater a discriminação nos serviços públicos**. Lançamos iniciativas para aumentar a representação de mulheres, pessoas negras, indígenas e outros grupos em cargos de liderança e também nos concursos públicos.

Nos dedicamos também à transformação digital do Estado e de toda a sociedade brasileira. O digital deve servir ao desenvolvimento de um país pulsante, com bem-estar para as pessoas em todo o território nacional. A transformação digital

permite trazer os serviços públicos para perto das pessoas, ampliando o acesso e entregando cidadania. São exemplos a Carteira de Identidade Nacional (CIN), os serviços digitais da plataforma Gov.Br e a integração de bases territoriais como o Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Estamos nos empenhando na construção de um elemento fundante para serviços digitais mais eficientes: a infraestrutura nacional de dados. A "base de dados do Brasil" está sendo edificada com soberania e segurança para garantir interoperabilidade entre as informações de diferentes políticas públicas, economizando tempo para quem utiliza os serviços e ampliando o acesso a direitos para quem mais precisa.

O Brasil pode contar com o MGI para transformar o Estado, aperfeiçoar serviços públicos e construir um futuro melhor para todas as pessoas. As próximas páginas trazem uma amostra de como trabalhamos para alcançar essa transformação, todos os dias.



Cristina Mori

Secretária Executiva do Ministério da
Gestão e da Inovação em Serviços Públicos



Transformação do Estado

O governo federal está comprometido com a reconstrução e a Transformação do Estado para melhorar a vida das pessoas, ao mesmo tempo em que impulsiona o desenvolvimento economicamente sustentado, socialmente justo e ambientalmente responsável do país.

Desenvolver capacidades estatais é essencial para fortalecer a democracia e para reconstruir, consolidar e inovar em políticas públicas. O Estado que queremos é verde, eficiente, digital e inclusivo. Ele tem a cara do povo brasileiro, reunindo um serviço público diverso, preparado para enfrentar os grandes desafios do futuro e as injustiças e desigualdades do passado e do presente.

A Transformação do Estado está em curso desde o dia 1º de janeiro de 2023. Ela inclui uma série de medidas na gestão de pessoas, na digitalização, inovação e modernização dos serviços públicos, na relação federativa e na mudança das organizações. O foco do nosso trabalho é desenvolver capacidades estatais para a entrega de mais e melhores políticas e serviços públicos para a população e o setor produtivo.

Construir o Estado do Futuro requer diálogo e participação social. Para isso, o MGI e a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI/PR) criaram a Câmara Técnica de Transformação do Estado no Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável. Nesse fórum, representantes de governo, da sociedade civil, da academia e do setor privado vêm discutindo medidas concretas de fortalecimento da capacidade do Estado para entregar mais e melhores serviços públicos para a sociedade, pois **transformar o Estado requer escutar ativamente e dialogar com diferentes setores da sociedade.**

O Ministério da Gestão também levou essa discussão para o G20. Como evento paralelo do Grupo de Trabalho sobre o Desenvolvimento, o encontro "*States of the Future*", realizado em julho de 2024 no Rio de Janeiro, reuniu centenas de pessoas e organizações e estimulou um debate internacional sobre o papel do Estado no desenho de um futuro mais diverso, inclusivo, participativo, digital e sustentável. Em novembro, no Congresso do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), em Brasília, mais de 700 pessoas de todo o Brasil e de outros países, voltaram a dialogar e trocar experiências de construção desse Estado do presente e do futuro.

Essa é transformação em curso no Brasil. Ela guia todo o trabalho do MGI.



**O Estado que
queremos é verde,
digital e inclusivo.
Um Estado que não
deixa ninguém
para trás**

Transformação Digital

O encontro das agendas de desenvolvimento inclusivo e sustentável e de fortalecimento e transformação digital do Estado é central para a atuação do MGI. Precisamos enfrentar desigualdades sistêmicas entre países, regiões e pessoas. Nessa tarefa, a tecnologia precisa se tornar sinônimo de inclusão, participação e geração de oportunidades. Por isso, os esforços do governo estão direcionados para aproveitar as potencialidades da tecnologia e agir ativamente para mitigar seus riscos.

A transformação digital deve estar centrada na dignidade humana, na saúde do planeta e na responsabilidade com futuras gerações, sem deixar ninguém para trás. A tecnologia facilita a vida das pessoas e empresas no uso de serviços públicos, permitindo que economizem tempo e recursos, tenham acesso personalizado ao que precisam e não sejam vítimas de fraudes. O processo de digitalização conduzido pelo Estado brasileiro é fundamental para assegurar a qualidade dos gastos públicos, permitindo o direcionamento das políticas a quem precisa.

Carteira de Identidade Nacional

O compromisso de fazer um governo mais digital é também um compromisso com a inclusão e a cidadania. Como parte desse processo, o governo reforçou as parcerias com os governos estaduais para acelerar a emissão da nova Carteira de Identidade Nacional, a CIN. Ela já é emitida em todos os estados e no Distrito Federal.

A CIN transforma o CPF no número de identificação pessoal. Ao permitir uma identificação digital, segura e confiável de cada pessoa, ela se transforma em um instrumento de cidadania e estabelece um novo relacionamento da população com o Estado. Ela vai substituir o RG com mais segurança, facilitando o acesso a direitos e benefícios e reduzindo fraudes, pois não será mais possível que a mesma pessoa emita diversas carteiras de identidade em diferentes estados.

Até novembro de 2024, as 27 Unidades da Federação expediram **mais de 16 milhões da nova Carteira de Identidade Nacional**. A CIN vai transformar a identificação das pessoas, com a integração nacional de dados de forma segura e com fluxo de informações em tempo real, possibilitando que diferentes áreas do governo atuem

de modo integrado para atender às necessidades das pessoas. Para além de um documento de identificação, a CIN conecta o ciclo de vida da pessoa desde seu nascimento ao óbito e interrompe a fragmentação de sistemas e informações divergentes, bem como o uso de múltiplos documentos para identificação nas relações de cada pessoa com o Estado e com o setor privado.

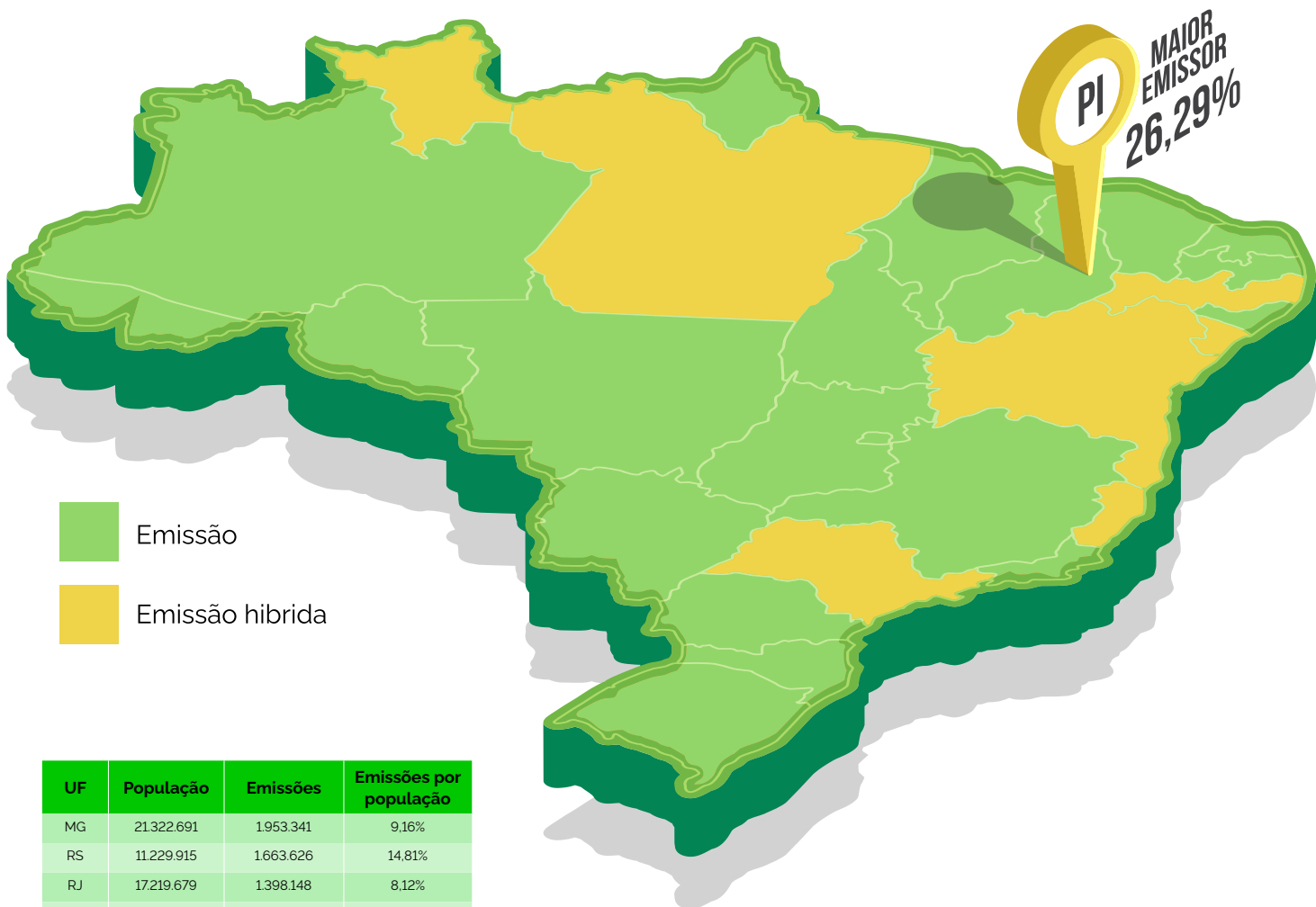
Para aumentar a segurança e ajudar as pessoas, entre as inovações incorporadas pela CIN está a inclusão do QR Code, que apresenta a opção de checagem fácil e confiável pela Segurança Pública e por unidades de atendimentos públicos e privados. Além disso, o novo documento está integrado à Conta Gov.br e ao portal unificado de serviços do governo. Já são mais de 4 mil serviços disponibilizados com altos padrões de acessibilidade, e mais de 161 milhões de contas registradas.

Como parte das ações de fortalecimento da iniciativa de unificação de documentos, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), autoridade responsável pela certificação e assinatura digital do país, passou a integrar o MGI em 2024, apoiando a certificação dos processos relacionados à emissão da CIN.

**A Carteira de
Identidade Nacional
representa um
avanço significativo
para a cidadania,
garantindo direitos,
ampliando o acesso
a benefícios e
combatendo fraudes**

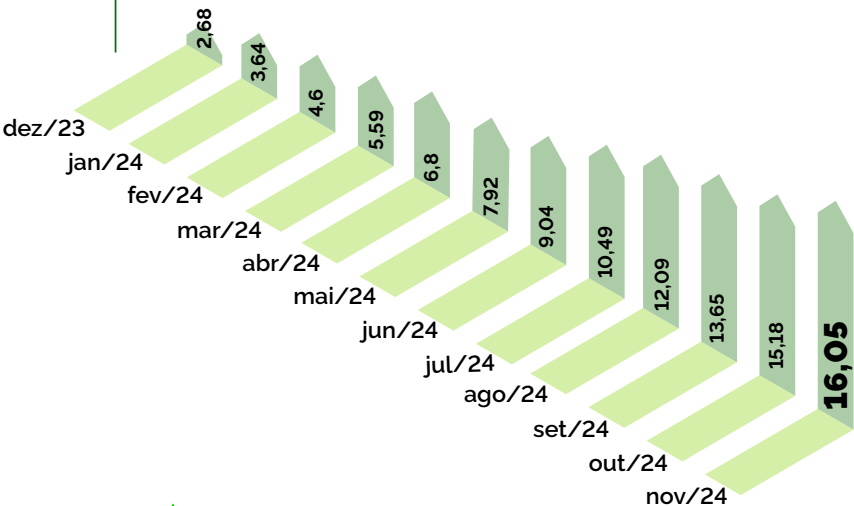


Mais de 16 milhões de brasileiros já tem sua CIN



UF	População	Emissões	Emissões por população
MG	21.322.691	1.953.341	9,16%
RS	11.229.915	1.663.626	14,81%
RJ	17.219.679	1.398.148	8,12%
SC	8.058.441	1.266.465	15,72%
SP	45.973.194	1.181.347	2,57%
PR	11.824.665	1.174.094	9,93%
PI	3.375.646	887.408	26,29%
GO	7.350.483	849.338	11,55%
CE	9.233.656	683.855	7,41%
MT	3.836.399	660.008	17,20%
MA	7.010.960	654.048	9,33%
AM	4.281.209	547.052	12,78%
AL	3.220.104	537.916	16,70%
PB	4.145.040	414.171	9,99%
DF	2.982.818	363.301	12,18%
PE	9.539.029	361.013	3,78%
SE	2.291.077	285.777	12,47%
MS	2.901.895	249.810	8,61%
ES	4.102.129	218.976	5,34%
AC	880.631	193.448	21,97%
RN	3.446.071	151.166	4,39%
RO	1.746.227	137.852	7,89%
TO	1.577.342	110.436	7,00%
BA	14.850.513	103.080	0,69%
PA	8.664.306	7.372	0,09%
RR	716.793	1.097	0,15%
AP	802.837	60	0,01%

Emissões acumuladas, em milhões



No Piauí, bebês já saem da maternidade com a Nova CIN

O Piauí foi o primeiro estado brasileiro a emitir a Carteira de Identidade Nacional (CIN) para 25% de sua população, percentual alcançado ainda em outubro de

2024, quando mais de 830 mil dos 3,3 milhões de piauienses já possuíam o novo documento. A Secretaria de Segurança Pública do Piauí (SSP) também iniciou o projeto Identificação Neonatal, com o objetivo de identificar e emitir a CIN para recém-nascidos ainda na maternidade, utilizando um novo equipamento capaz de coletar as digitais dos bebês.

O novo documento de identidade unificado estrutura cadastros administrativos, amplia verificações de segurança e reduz problemas de fraude. Já o processo de identificação realizado nas maternidades previne casos de sequestro e trocas de bebês, além de permitir a emissão da CIN tanto para a mãe quanto para a criança, garantindo direitos e cidadania desde o nascimento. Leianne, mãe do pequeno Abner Gael, de apenas 3 dias, que foi a primeira criança no Piauí a ter acesso ao projeto, comemorou: "Saber que a gente pode contar com essa segurança dá um alívio, saber que ele é meu e eu sou dele."

Em todo o país, quase 16 milhões de CINs foram emitidos até o fim de novembro. Todas as 27 Unidades da Federação já emitem a CIN. No Piauí, a facilidade na emissão do documento surpreendeu Iolanda dos Santos, de 27 anos. Moradora do município Queimada Nova, a 522 quilômetros da capital Teresina, ela conseguiu emitir sua CIN sem precisar se deslocar para outra cidade. "Foi super fácil fazer a minha identidade. Eu não precisei levar cópia de documento e nem foto, o que ajudou muito. E o melhor é que não precisei viajar até Teresina. Fiz tudo na minha própria cidade e, em menos de 10 dias, já estava com a identidade em mãos. Foi muito mais simples do que eu imaginava", contou, em outubro de 2024.



O pequeno Abner Gael, de apenas 3 dias, foi o primeiro recém-nascido no Piauí a ter nova CIN. Foto: SSP/PI



Acesse a
matéria

Governo digital

O Brasil é um país com vocação para a tecnologia e tem utilizado os recursos digitais para prestar serviços públicos mais efetivos e adequados às necessidades da sua população. A transformação digital pode e deverá se tornar um sinônimo de inclusão e de geração de oportunidades.

SUS, INSS, Receita Federal e muito mais: a Plataforma [Gov.br](#) alcançou **90% de serviços públicos federais ofertados em modo digital**. Ela permite que as pessoas acessem vários serviços públicos pelo celular, computador ou tablet, sem necessidade de deslocamento, o que economiza tempo e recursos. Isso inclui agendamento de consultas e exames no Sistema Único de Saúde, prova de vida para benefícios sociais, abertura de empresas, inscrição para o ENEM, consulta de informações da Carteira Digital de Trânsito, entre muitos outros.

Em 2024, entre as mais de 42 milhões de declarações de imposto de renda recebidas, 41% foram pré-preenchidas por meio da conta Gov.br, superando os 23,9% de 2023.

Também em 2024, o MGI publicou a [Estratégia Nacional de Governo Digital](#) (ENGD), que articula e direciona iniciativas de governo digital de todos os entes federados para ampliar ainda mais o acesso das pessoas aos serviços públicos. A estratégia nasceu após processo participativo, com **envolvimento de mais de 2 mil pessoas nas cinco regiões do país**.

Ainda para fortalecer a relação com os entes federados, a Rede Gov.br alcançou todos os 27 estados e a totalidade das capitais. Já são **1.442 municípios conectados**, com potencial de alcance de **117,6 milhões de pessoas**. Isso significa que os governos dessas localidades podem utilizar ferramentas digitais compartilhadas pelo governo federal, como por exemplo a Conta Gov.br para acesso a serviços públicos dos estados e municípios, facilitando a vida da população.

A [Estratégia Federal de Governo Digital](#) é o desdobramento, para o poder Executivo federal, da Estratégia Nacional de Governo Digital, com iniciativas e metas contemplando o período de 2024 a 2027.



**Do SUS ao INSS,
90% dos serviços
públicos federais
já são ofertados
em modo digital**

Entre as iniciativas implementadas no biênio para ampliar o alcance e a qualidade dos serviços públicos digitais, destacam-se:

- ▶ **Centro de Excelência em Privacidade e Segurança da Informação**, criado para mitigar os riscos de ataques cibernéticos a sistemas e dados do governo federal, apoiando ainda o fortalecimento de estados e municípios;
- ▶ **CodificaGov**, licitação centralizada de serviços para desenvolvimento e manutenção de softwares para o governo. A contratação gerou uma **economia de R\$ 250 milhões** na comparação entre o valor estimado e o obtido definido ao final dos dois processos licitatórios realizados;
- ▶ **Startup Gov.br**, apoio estruturado de equipes do MGI aos órgãos federais para acelerar projetos estratégicos de transformação digital. O programa apoia atualmente **22 projetos estratégicos, tendo concluído 14 entre 2023 e 2024**;
- ▶ **LabQ Gov.br**, laboratório de experimentação que avalia a qualidade dos serviços públicos oferecidos e apoia seu (re)desenho; tem por objetivo colaborar com a gestão e oferecer serviços para que atendam às necessidades da população de forma mais simples e amigável possível.

A Infraestrutura Nacional de Dados – IND

A Infraestrutura Nacional de Dados (IND) define normas, políticas, arquiteturas e ferramentas tecnológicas para integrar, qualificar, analisar, proteger e compartilhar bases de dados governamentais para usá-los de maneira estratégica, com o objetivo de agilizar e conferir eficiência às políticas públicas. Essa integração melhora o serviço público e promove o desenvolvimento econômico e social.

Em 2023 e 2024, o Conecta Gov.br, solução que compõe a IND e facilita a interoperabilidade, integrou 980 serviços entre diferentes sistemas de informação em 171 órgãos parceiros. Isso, em muitos casos, significa que a pessoa é dispensada de re-apresentar informações que o governo já possui. Essa medida poupa tempo da sociedade e da prestação de serviços públicos. O Conecta gerou uma economia de R\$ 2,41 bilhões de janeiro a outubro de 2024, um valor que duplica o resultado de 2023 e triplica o de 2022.

Como parte dessa estratégia de fortalecimento da governança de dados, também foi implementada, em 2024, a chamada “Nuvem de Governo” ou nuvem soberana. Ela usa o modelo de contratação *on premise* na qual os serviços em nuvem oferecidos pelas grandes plataformas mundiais de tecnologia são instalados e executados a partir de *datacenters* localizados em território nacional, sob gestão das empresas públicas federais Dataprev e Serpro. Baseada em experiências internacionais, **esse tipo de nuvem promove a soberania dos dados e da operação do governo brasileiro.**

O MGI tem atuado no Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) com ações para fomentar o uso responsável e ético pelo setor público das tecnologias emergentes nesse campo, aproveitando ao máximo os benefícios de inteligência artificial (IA).

O lançamento do **Laboratório de Inovação e Inteligência Artificial** (LIIA) junto do PBIA faz parte dessas ações e mais de 50 mil pessoas foram capacitadas no tema. Esse laboratório tem como missão prospectar, testar e acelerar soluções de IA, compartilhar conhecimentos sobre inovação em IA e garantir que essas soluções sejam acessíveis a todo setor público nacional.

Uma iniciativa fundamental para a implementação da Infraestrutura Nacional de Dados foi a retirada da Dataprev do Programa Nacional de Desestatização em 2023, sua vinculação à supervisão do MGI e seu fortalecimento como empresa estatal direcionada estrategicamente à execução de políticas públicas prioritárias para o governo.

**O compartilhamento
de dados gera
economia tanto para
a administração
pública quanto
para a população**

Cadastro Ambiental Rural

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro público eletrônico nacional que integra as informações ambientais das propriedades e posses rurais. Por decisão do Congresso Nacional (Lei nº 14.600/2023), o MGI passou a ser responsável pela gestão do CAR em 2023. Desde então, o cadastro e seu Sistema (Sicar) migraram para a Dataprev. Com o apoio do Serviço Florestal Brasileiro, o Sicar tem evoluído suas funcionalidades, especialmente no uso e compartilhamento de dados via Conecta.gov, favorecendo a regularização ambiental pelos estados e **facilitando a imple-**

mentação de políticas públicas como a de concessão de crédito rural alinhado às diretrizes ambientais. Em agosto de 2024, por exemplo, o Estado do Rio Grande do Sul voltou a utilizar o sistema nacional para o gerenciamento de cadastros, beneficiando mais de 600 mil pessoas produtoras rurais no estado.

Além do aperfeiçoamento do CAR, foi elaborado um Plano de Integração dos Sistemas de Gestão Territorial para os principais cadastros e sistemas fortalecendo as políticas fiscal e de regularização ambiental e fundiária. O Plano contribui para o controle do desmatamento e das queimadas e favorece o desenvolvimento sustentável e inclusivo.



Pessoas e relações de trabalho

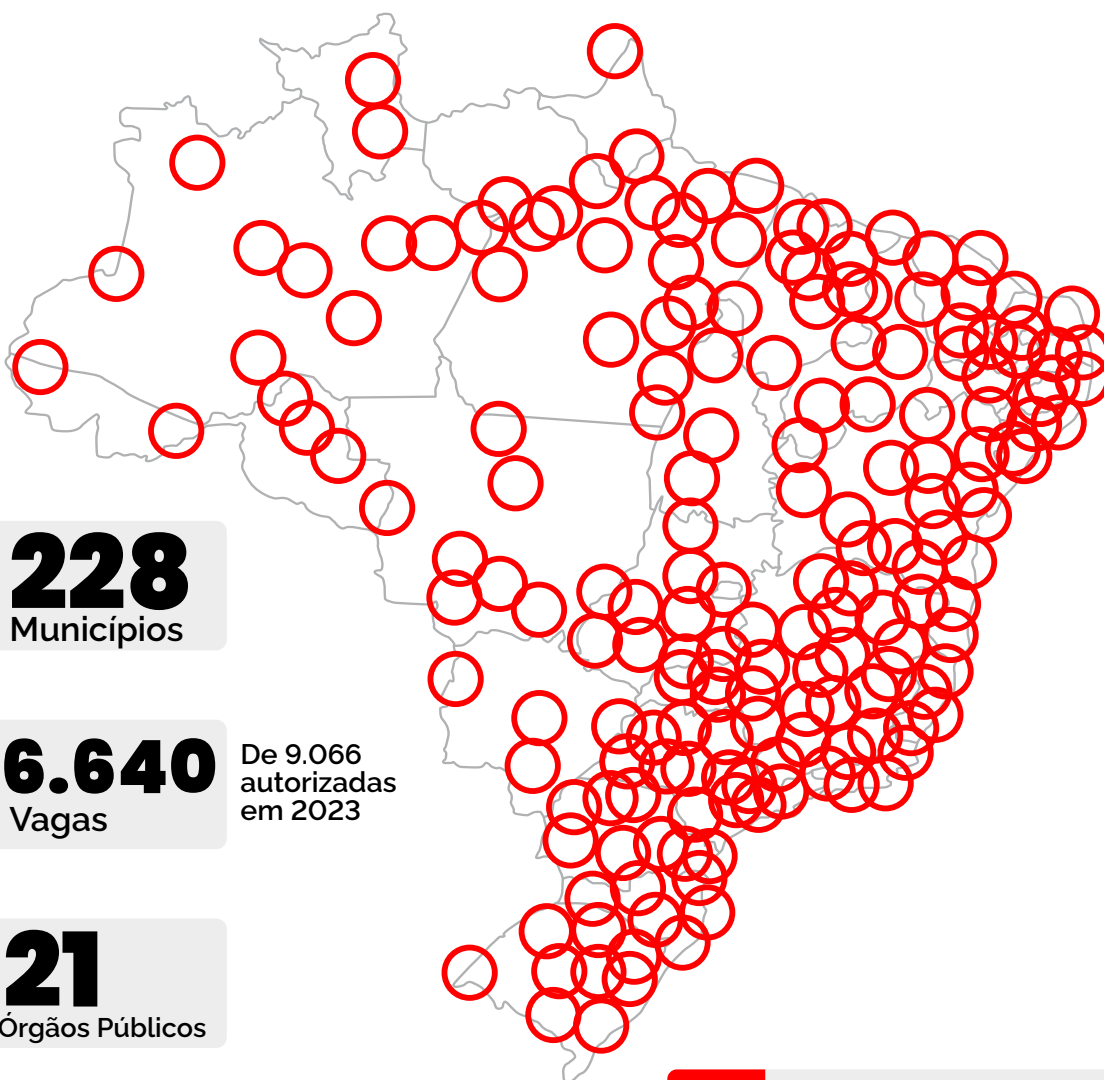
O Ministério da Gestão cuida de todas as pessoas que dedicam suas vidas ao serviço público federal, sejam aquelas com vínculo estatutário, as empregadas nas empresas estatais ou que atuam nos contratos de terceirização. O Ministério desenvolve políticas de gestão de pessoas e relações de trabalho para todo o governo federal, de modo a propiciar um ambiente de trabalho diverso, saudável e seguro, com oportunidades de desenvolvimento e incentivos para melhoria do desempenho. A força de trabalho federal deve ser profissionalizada, adequadamente dimensionada, qualificada, engajada e diversa para garantir o bom funcionamento do Estado e a prestação de serviços de qualidade à população brasileira.

Serviço Público Inclusivo e Diverso

Quanto mais o serviço público refletir o perfil da população de um país, melhor será sua capacidade de desenhar e implementar políticas públicas alinhadas aos anseios e necessidades das cidadãs e cidadãos. Essa é concepção que rege o trabalho do MGI e que orientou o **Concurso Público Nacional Unificado**, o “Enem dos concursos”.



CPNU Inclusivo



228
Municípios



6.640
Vagas

De 9.066
autorizadas
em 2023



21
Órgãos Públicos



94,6%
da população

reside até
100km dos
locais de prova



5% PCD
20% Pessoas Negras
Funai: 30% indígenas



VALOR DAS INSCRIÇÕES

Nível Médio

R\$ 60

Nível Superior

R\$ 90

Isenções:

- Inscrito no CadÚnico
- Doador de medula óssea
- Seja ou tenha sido bolsista do Prouni
- Seja ou tenha sido financiado pelo FIES

O **CPNU** foi concebido em 2023, após o desmantelamento da capacidade de vários órgãos em recrutar novos servidores. Com a escassez de concursos e a aceleração de aposentadorias, entre 2016 e 2022 a força de trabalho civil no Poder Executivo federal recuou de 632 mil servidores e servidoras para 564 mil.

Implementado em 2024, o **CPNU** ofertou 6.640 vagas em 21 órgãos. Com taxas de inscrição mais acessíveis (R\$ 90 e R\$ 60) e isenção para 602 mil **peessoas** candidatas cadastradas em diferentes programas sociais, ele foi moldado em meio ao planejamento estratégico da força de trabalho para reverter o sucateamento dos serviços públicos e, em simultâneo, ampliar o acesso da população ao concurso, diversificar o perfil de profissionais e reduzir a fragmentação das carreiras no setor público.

O CPNU recebeu inscrições de candidatos de 5.555 dos 5.570 municípios brasileiros. Sua implementação se deu em 228 cidades espalhadas de Norte a Sul, e se refletiu na participação de 970 mil pessoas inscritas com reserva de vagas para pessoas negras, com deficiência e indígenas.

O MGI também autorizou a realização de **novos concursos** para o preenchimento de 1.555 vagas em diversos órgãos do governo federal, que se somaram àquelas oferecidas pelo CPNU. Um esforço que recompõe parte da força de trabalho, tarefa essencial na reconstrução da capacidade do Estado brasileiro de entrega de políticas públicas e serviços de qualidade.

Na mesma linha, outra novidade foi a aprovação da **lei com normas gerais sobre concursos públicos**, com medidas que aprimoram a seleção de futuras/os servidores públicos e trazem mais segurança jurídica para instituições e candidatas/os.

A atuação do Ministério também visa a igualdade de oportunidades e a diversidade no serviço público federal. Uma das ações desenvolvidas para cumprir esse objetivo é a **reserva de vagas em concursos públicos para grupos socialmente vulnerabilizados**. Normativa elaborada no MGI prevê **cotas para pessoas negras** em processos seletivos temporários e define critérios para verificar a condição de pessoa negra declarada.



**Concurso
unificado, cotas
e outras ações
afirmativas:
construir um
serviço público
com a cara
do Brasil é um
compromisso
do MGI**

Já o Decreto nº 11.443/2023 estabeleceu que **30% dos cargos em comissão e funções de confiança** no governo federal sejam ocupados por pessoas negras. A iniciativa incluiu uma campanha para incentivar a autodeclaração de raça/cor, aumentando a precisão dos dados sobre diversidade no governo. Informações mais fidedignas auxiliam o governo a formular políticas para ampliar a presença dos diversos grupos étnicos e raciais que constituem a população brasileira na administração federal. Dessa forma, o Estado pode implementar políticas públicas mais inclusivas e aderentes às necessidades da maioria da população.

Percentual de pessoas negras (pretas/pardas) em cargos comissionados No governo federal, em % do total*

Nível 1 a 12



39,87%
NEGRAS



60,13%
DEMAIS RAÇA/COR

Nível 13 a 17



30,4%
NEGRAS



69,6%
DEMAIS RAÇA/COR

Fonte: Observatório de Pessoal do MGI. Dados de outubro/2024

Em conjunto com o Ministério da Igualdade Racial (MIR), o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), o Ministério das Mulheres (MM) e o Ministério dos Direitos Humanos

e da Cidadania (MDHC), lançamos o **Programa Federal de Ações Afirmativas**. Ele promove políticas que garantem mais direitos e equiparação de oportunidades para mulheres e pessoas negras, quilombolas, indígenas ou com deficiência, levando em consideração suas especificidades e sua diversidade.

Junto com esses ministérios, o MGI trabalhou também na proposta de projeto de lei que busca aprimorar os dispositivos da antiga Lei de Cotas em concursos públicos ampliando a presença das pessoas pretas, pardas, indígenas e quilombolas no serviço público federal. O projeto foi fruto da análise de pesquisas, decisões judiciais e recomendações de órgãos de controle, bem como de um intenso diálogo entre órgãos do governo e representantes da sociedade civil. Entre as principais inovações, **está a ampliação do percentual de reserva de vagas de 20% para 30%**, a inclusão de indígenas e quilombolas entre os beneficiários da política, medidas para evitar o fracionamento de vagas e o aperfeiçoamento da lei atual para melhorar a compreensão e permitir maior segurança jurídica à administração e às pessoas candidatas. O MGI tem sido parte integral do esforço do governo para garantir maior inclusão e diversidade nas instituições públicas federais.

Como parte desse mesmo esforço, foi aprovada a Lei nº 14.724, de 14 de novembro de 2023, que reserva de 10% a 30% das vagas em concursos públicos realizados pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) para as pessoas indígenas.

Em 2024, lançamos o **Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação** na administração pública federal, em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU) e com a Advocacia-Geral da União (AGU). Ele é resultado do grupo de trabalho interministerial criado em 2023. O programa acolhe e protege denunciante, garante sigilo e medidas de prevenção a essas práticas no serviço público federal.

Além desse conjunto de medidas para transformar o perfil dos quadros profissionais e garantir um ambiente de trabalho mais inclusivo, democrático e acolhedor, outras iniciativas relacionadas à saúde, bem-estar e formação de pessoas que trabalham no setor público podem ser destacadas:

- ▶ **Garantias trabalhistas para trabalhadores terceirizados** – Em setembro de 2024 foi publicado o Decreto nº 12.174, que amplia a proteção e busca melhorar as condições de trabalho aos prestadores de serviços terceirizados em órgãos da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Ele beneficia cerca de 73 mil pessoas que prestam serviços ao governo por meio de contratos terceirizados;

- ▶ Exames preventivos de câncer: o Decreto 12.246/2024 permite que pessoas ocupantes de cargo público e trabalhadoras e trabalhadores terceirizados disponham de até 3 dias por ano para a realização de exames preventivos de câncer;
- ▶ Formação de Lideranças - Em 2023 teve início a quarta turma do programa de formação de lideranças LideraGov, em edição extraordinária para pessoas negras. A edição foi lançada em articulação com o Programa de Formação e Iniciativas Antirracistas (FIAR), e já certificou mais de 6 mil participantes, enquanto o LideraGov formou 100 novas lideranças, sendo metade pessoas negras;
- ▶ Os Programas de Formação e Iniciativas Antirracistas (FIAR) e de Formação de Iniciativas Feministas (FIF) somam mais de 1.700 certificados emitidos em 2024, além das 10 novas trilhas e 8 novos cursos lançados na temática "Direitos Humanos e Cidadania";
- ▶ Na temática de serviços digitais em gestão de pessoas, o MGI investiu na acessibilidade da plataforma SouGov.br, que atende mais de 1,3 milhão de pessoas e 200 órgãos, e criou o Observatório de Pessoal, página disponível na internet para divulgar dados, informações sobre servidoras/es e políticas de gestão de pessoas da administração pública federal.

**Programa contra
o assédio e a
discriminação
combina ações
de acolhimento,
proteção,
prevenção
e combate**

Foco no desempenho

Para garantir que os novos servidores sejam alocados onde são mais necessários, em 2024 o MGI implementou a metodologia Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT). Desenvolvido pelo MGI em parceria com a Universidade de Brasília, **o DFT é uma ferramenta de planejamento que permite estimar a quantidade e o perfil ideal de servidores do órgão**. Ele mapeia as atividades desempenhadas pelos órgãos públicos, gerando dados quantitativos e qualitativos que são organizados e classificados, resultando em um banco de entregas

que permite verificar objetivamente a contribuição de cada unidade e, com isso, planejar novas contratações, movimentações internas e ajustes nos programas de capacitação.

O MGI tem apoiado a implementação do DFT nos órgãos públicos, priorizando aqueles com concursos em andamento ou com demandas por novos concursos. Em 2024, a metodologia foi implementada em 13 dos 21 órgãos do CPNU, além de outros prioritários, como Ibama e Ministério das Cidades. A meta para 2025 é expandir o DFT para mais 14 órgãos no primeiro semestre e atingir 40 órgãos até o fim do ano.

Além de otimizar a alocação de pessoal, por meio do novo Programa de Gestão de Desempenho (PGD) estamos aprimorando a gestão e monitoramento das atividades desempenhadas pelos servidores. O programa é um modelo de gestão baseado no controle de entregas e qualidade dos serviços prestados, substituindo o modelo de gestão baseado no controle de frequência. Ele vincula entregas individuais a metas institucionais, garantindo o alinhamento das atividades de cada servidor aos resultados almejados pela unidade e pelo órgão.

Ao focar no controle por produtividade, o PGD incentiva inovações e viabiliza modalidades de trabalho mais flexíveis, como regimes de teletrabalho integral ou parcial. Até o momento, **84% dos órgãos federais aderiram ao PGD, contribuindo para uma melhor gestão de recursos**, atração de talentos, melhoria da qualidade de vida dos servidores e geração de mais valor para a população.

O PGD está sendo integrado ao DFT. O mapeamento inicial das atividades no DFT servirá de base para os planos de entregas previstos no PGD. Essa integração automatiza a atualização de dados e melhora o planejamento estratégico de pessoal e tem o potencial de promover importantes melhorias na gestão pública federal.

Retomada do diálogo

Após seis anos de congelamento salarial e de ausência de diálogo institucionalizado entre servidores e governo, em 2023 o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva re-

O PGD promove o planejamento e uma gestão mais transparente das atividades executadas pelos agentes públicos

ativou a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) entre administração e sindicatos. Essa ação significou a retomada da democratização das relações de trabalho no serviço público com resultados concretos em termos de respeito e valorização de trabalhadoras e trabalhadores do governo federal.

Em 2023 e 2024 foram firmados 48 acordos para **reposição salarial e reestruturação de carreiras, que contemplaram 100% das servidoras e servidores** civis efetivos do Poder Executivo federal.

Os acordos, com pactuações de aumento até 2026, somados ao reajuste linear de 9% em 2023, garantem ganhos reais no período 2023 a 2026 para o conjunto do funcionalismo civil federal do Poder Executivo, interrompendo e revertendo, em parte, a queda de salários reais observada nos governos anteriores.

As negociações também resultaram no reajuste de 118% no auxílio-alimentação, com o valor alcançando R\$ 1.000 em 2024 reduzindo a diferença entre o valor pago pelo Executivo em relação aos demais Poderes da União. A assistência pré-escolar foi corrigida em 51% em 2024, benefício pago a 61 mil servidores. O reajuste da assistência à saúde suplementar variou de 5% a 100%, sendo, na média, superior a 50%; esse auxílio beneficia 876 mil pessoas, entre ativas, aposentadas, dependentes e pensionistas; para proporcionar mais equidade, o aumento foi maior para as pessoas de maior faixa etária e menor faixa de remuneração.

Para simplificar e racionalizar, a médio e longo prazo, o sistema de carreiras da administração federal e para conferir mais transparência ao processo de progressão funcional, **o MGI estabeleceu diretrizes para criação e reestruturação de planos, carreiras e cargos efetivos no serviço público**. Os princípios para a reestruturação foram discutidos e implementados nas próprias mesas de negociação. Como resultado, **o percentual de carreiras com pelo menos 20 níveis de progressão passou de 30% para 86% do total**, estrutura mais coerente com o ciclo de vida laboral no serviço público e mais apropriada ao aperfeiçoamento do sistema de incentivos na gestão de recursos humanos.



Após seis anos sem negociações e sem aumento real de salários, o MGI retomou o diálogo e negociou reajustes para 100% do funcionalismo

Capacitação de agentes públicos

Entre 2023 e 2024, mais de 6 milhões de pessoas se inscreveram nos cursos da Escola Virtual da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), incluindo todos os níveis de governo. Desses, a Enap já certificou mais de **2,8 milhões de pessoas** em diversas áreas do conhecimento.

A Escola Virtual.Gov (EV.G) é uma plataforma de ensino a distância com mais de 700 cursos gratuitos, que expandiu significativamente o acesso à capacitação para profissionais do serviço público em todo o Brasil. Essa iniciativa permite que todas as pessoas tenham a oportunidade de qualificação contínua, independentemente de sua localização geográfica, o que democratiza o acesso ao aprendizado e impulsiona a ampliação das capacidades estatais nas três esferas de governo. A EV.G pode ser acessada pelo link escolavirtual.gov.br.

Em 2024 foi lançada a trilha de capacitação "Gestão Municipal - Capacidades para uma melhor gestão". Entre as temáticas está o planejamento e governança de políticas públicas, fundamental para o período de transição de governo nas prefeituras. A Enap também lançou uma formação para os 100 primeiros dias de governo para os novos prefeitos e prefeitas eleitos.

Além das capacitações à distância, o governo oferta turmas presenciais e remotas síncronas em temas de gestão municipal. Foram mais de 75 mil servidoras/es municipais capacitados, 25 mil em 2023 e 50 mil em 2024. Nesses dois anos também foram emitidos mais de 200 mil certificados sobre temas relacionados ao meio ambiente.

Com participação aberta e gratuita, de forma online e presencial, a **Semana de Inovação** é o maior evento de inovação pública da América Latina e acontece anualmente na Enap. Seu objetivo é fomentar a cultura de inovação entre os agentes públicos, promover participação social e apresentar tendências e possibilidades para a transformação das organizações. As edições de 2023, "Reconectar para Reconstruir", e de 2024, "Novas formas de cuidar", contaram com mais de 15 mil participantes cada. Juntas, somaram mais de 1 mil atividades presenciais e online, e mais de 300 painelistas.

**Em 2023 e 2024,
mais de 6 milhões
de pessoas se
inscreveram nos
cursos da Escola
Virtual, incluindo
todos os níveis
de governo**

CLAD reafirma papel do Estado na construção de um mundo inclusivo e democrático

Durante três dias, mais de 700 pessoas, entre autoridades, especialistas, representantes da sociedade civil, servidoras e servidores, do Brasil e de outros países, deba-

teram, em Brasília, como transformar o Estado para que ele seja cada vez mais capaz de entregar mais e melhores políticas públicas. O XXVIII Congresso Internacional do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública, organizado em parceria pelo próprio CLAD, MGI, Enap e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) teve como tema central "A transformação necessária para um Estado inclusivo, democrático e eficaz".

Na abertura, em vídeo, o ex-presidente do Uruguai, Pepe Mujica, deu seu recado: "Precisamos lutar para melhorar substancialmente nossas democracias e entender que o conceito de Estado não é nem bom, nem mau. Estado é como uma caixa de ferramentas; não tem personalidade. O resultado de um Estado, seja bom, mau ou péssimo, é de total responsabilidade dos atores que estão em seu comando", defendeu Mujica.

A ex-presidenta do Chile e alta comissária da ONU para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, também participou e enfatizou a urgência de fortalecer a democracia como pilar para a construção de Estados mais eficazes e inclusivos. "Um Estado efetivo precisa de instituições sólidas, mas também de líderes comprometidos com a justiça social e o diálogo", afirmou.

Crise climática, democracia, preservação da memória, digitalização, inteligência artificial, uso de dados, entre tantos outros temas, foram abordados sempre olhando para o papel do Estado e da gestão pública. Em um dos painéis, Esther Dweck, ministra da Gestão, ressaltou a importância da estabilidade dos servidores, formando um quadro funcional capacitado e bem formado, que assegure ao Estado condições de operar "independente de quem esteja no comando."

"A transformação do Estado é algo permanente, que precisa ser feita o tempo todo, para adaptar-se às demandas da sociedade", afirmou a ministra. Ela lembrou que esse aprimoramento das capacidades estatais exige diálogo constante com a população, em amplo viés democrático, com foco no atendimento de preceitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, a "Constituição Cidadã".



Congresso do CLAD: mais de 700 pessoas discutiram o futuro do Estado
Crédito da foto: Roberto Rodrigues/EnapLink



Acesse a
matéria

Gestão e Inovação

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) conquistou o primeiro lugar no 28º Concurso de Inovação do Setor Público 2024 na categoria "Inovação em Serviços ou Políticas Públicas no Poder Executivo Federal". A vitória foi obtida com o estabelecimento da política de cotas para mulheres em situação de violência doméstica nos contratos públicos. Essa conquista simboliza o trabalho que está sendo feito em diversas frentes para tornar a gestão pública mais eficiente e inclusiva, ao mesmo tempo em que opera como indutora de um modelo de desenvolvimento comprometido com a sustentabilidade, a inclusão de grupos menos favorecidos e regionalmente equitativo.

Esse compromisso se materializa em políticas de compras governamentais, compartilhamento de serviços, preservação da memória e uma governança colaborativa, que articula os governos federal, estaduais e municipais pra promover a modernização da gestão pública e a melhoria dos serviços prestados à população e aos setores produtivos.

Compras governamentais

As compras governamentais podem constituir importante motor do desenvolvimento sustentável e inclusivo, reforçando políticas de combate à violência ou qualquer forma de discriminação. Por isso, o MGI tem se dedicado a fortalecer e inovar os mecanismos de compras públicas, com impacto sobre economias locais e sobre grupos mais vulneráveis da população.

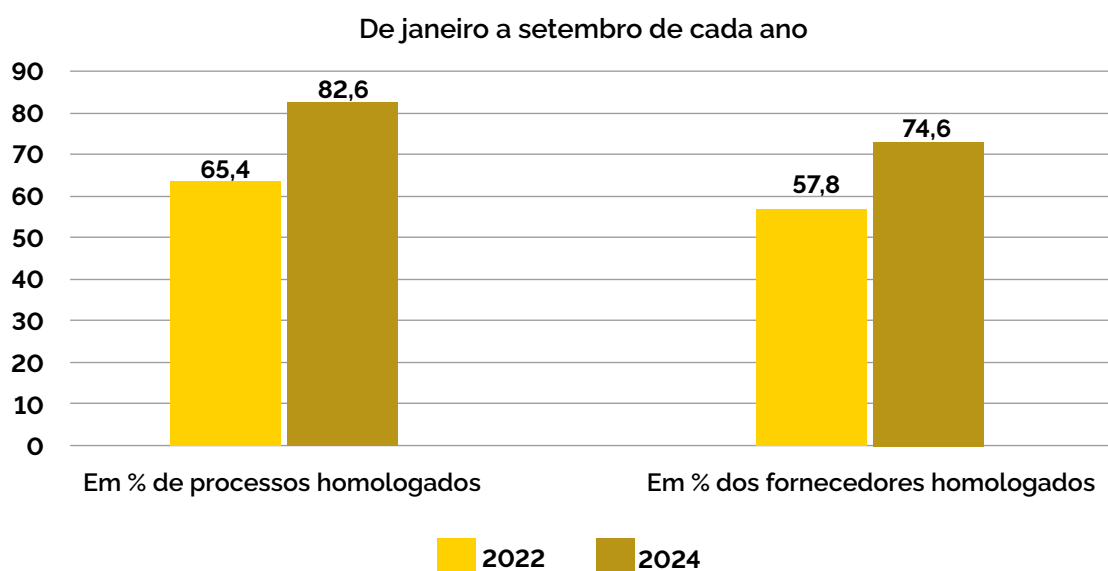
O Compras.gov.br é uma plataforma on-line do Governo Federal que contribui para promover eficiência, transparência e economicidade nas contratações públicas. Ela está disponível gratuitamente para estados e municípios, permitindo a modernização dos processos e ampliando o impacto de uma gestão pública mais eficiente em todas as esferas de governo.

Em cooperação com outros entes da federação, foram adotadas medidas para ampliar a competitividade de micro e pequenas empresas nas contratações públicas. Como resultado, **nos primeiros nove meses de 2024, foram transa-**

cionados R\$ 153,1 bilhões, um valor 42% superior ao de igual período 2023.

O sistema mostra que a participação das micro e pequenas empresas no total de processos homologados aumentou significativamente, passando de 65,3% nos primeiros nove meses de 2022 para 82,60% em igual período de 2024, o que evidencia uma ampliação consistente do protagonismo dessas empresas nas contratações públicas.

O peso das micro e pequenas empresas nas compras públicas



Fonte: Compras.gov.br

As compras públicas também são um instrumento para incentivar outras políticas públicas e boas práticas privadas. Nesse sentido, uma das linhas de atuação envolve a **adoção de medidas que enfrentam o ciclo da violência de gênero**, proporcionando às mulheres que tenham sido vítimas, oportunidade para se constituírem como sujeitas de direitos. Entre os mais de 20 dispositivos legais que regulamentam a Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), destaca-se a elaboração e publicação do

Participação de micro e pequenas empresas nos processos homologados de compras públicas chegou a 82,6% em 2024

Decreto 11.430/2023, que dispõe sobre a obrigação de que 8% da mão-de-obra terceirizada do governo federal seja de mulheres em situação de vítimas de violência doméstica.

A implementação desta iniciativa demanda um trabalho cuidadoso em conjunto com os órgãos públicos de cada unidade da federação responsáveis por acolhimento de mulheres vítimas de violência. Em 2024 foram assinados acordos para implementar a iniciativa nos órgãos federais de oito unidades da federação (Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Maranhão, Bahia e Amapá), envolvendo as instâncias locais de acolhimento às mulheres, contribuindo para a integração dessas mulheres ao mercado de trabalho e acesso à renda.



**Compras
públicas são um
instrumento de
desenvolvimento
econômico e de
inclusão social**

Além disso, o MGI foi pioneiro na implementação da Política de Cotas para mulheres em situação de violência doméstica nas contratações do ColaboraGov. Também foram também criados critérios de desempate para empresas que promovam ações de igualdade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho.



A “formiga” ganhou a concorrência para 60 kits. E fez a economia rodar.

Kenia Rodrigues tem uma microempresa que fornece comidas e bebidas para festas, reuniões e coquetéis. O Kolombu's buffet existe há 23 anos, e a empresária achou que poderia usar sua experiência e ampliar o negócio, oferecendo alimentação em outras frentes.

Conversando com um amigo, soube de uma consultoria do Sebrae/RJ que orienta pequenos empresários a participar de licitações utilizando a plataforma Compras.gov.br. “Já ao final da primeira aula, me cadastrei em duas licitações”, explica. No Compras.gov.br, ela localizou o edital, cadastrou sua proposta e a documentação necessária, acompanhou tudo online. No dia do pregão, foi observando os lances, adaptando a proposta, até sair vencedora. “Eu me senti uma formiga brigando com leões”, comemorou.

Ela venceu a licitação da Secretaria de Saúde da Prefeitura de Nova Friburgo e hoje fornece lanches para doadores de sangue do Hemocentro, pacientes transportados em ambulâncias para hospitais ou outros municípios e também em campanhas de vacinação.

Kenia disse que o Compras.gov.br é um sistema fácil de acessar e encontrar as informações. Além disso, ela usou bastante o chat para tirar dúvidas e a capacitação com o Sebrae foi fundamental. “O portal é muito claro, mas é preciso prestar atenção nos detalhes, na documentação correta”, recomenda.

A empresária ouviu conselhos para desistir porque estaria “perdendo tempo em licitações que são jogo de cartas marcadas”, mas não foi o que aconteceu. “Achava que não funcionava, mas hoje tenho certeza que sim”.

Kenia entrega 60 kits diários, fora encomendas esporádicas. Ela contratou mais um funcionário permanente e às vezes precisa de mais ajuda quando o serviço vai além das entregas diárias. Cada lanche é composto de sanduíche de queijo, bolo caseiro, suco, chocolate, queijo processado e água.

“Agora tenho mais segurança em relação ao meu negócio, ao fluxo de caixa e posso aproveitar outras oportunidades, além de organizar meus horários e vida pessoal”, completa a empresária, que pretende entrar em outras licitações.

Em 2024, foi instituída a Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (CICS) para potencializar o uso do poder de compra do Estado de forma alinhada com a Nova Indústria Brasil, o Plano de Transformação Ecológica, o novo PAC e outras políticas públicas prioritárias.

A comissão estabeleceu margens de preferências (instrumento que permite à administração pública priorizar produtos e serviços nacionais, sustentáveis ou fruto de desenvolvimento tecnológico no Brasil, em licitações) nas aquisições de ônibus, equipamentos metroferroviários, máquinas para obras civis, sistemas fotovoltaicos, medicamentos e bens de tecnologia da informação e comunicação. Para medicamentos e bens de tecnologia da informação e comunicação, além de margens de preferência normal, foram estabelecidas margens de preferência adicionais para itens resultantes de desenvolvimento tecnológico realizado no Brasil. Dessa forma, fomentamos a geração de emprego, renda, arrecadação de impostos e investimentos em inovação no país.

Além disso, foi iniciada a elaboração da **Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável**, iniciativa que busca articular um conjunto amplo de instrumentos a serem mobilizados de maneira estratégica para a promoção do desenvolvimento sustentável no país.

Outra iniciativa foi a instituição de um **regime nacional para flexibilizar regras de contratações em situações de calamidade pública**, com a manutenção da transparência. Com ele é possível proporcionar agilidade e efetividade quando a população mais precisa, como na ocorrência de eventos climáticos extremos. Durante as enchentes no Rio Grande do Sul, em 2024, essas regras agilizaram, entre outras, compras centralizadas de kits de limpeza residencial e cuidado pessoal, serviços de limpeza urbana e contratação emergencial de postos de combustíveis para aeronaves, com oferta para 418 municípios e para o governo do Estado.

A composição de atas de registro de preço para uso pelos órgãos federais foi a estratégia utilizada na logística das reuniões dos grupos de trabalho e trilhas de discussão do processo de presidência brasileira do G20, culminando na Cúpula de Líderes do G20, realizada em novembro de 2024, no Rio de Janeiro. Como resultado, houve **economia estimada com a padronização e licitação centralizada de itens de R\$ 129 milhões**.

Serviços compartilhados

O governo federal lançou, em 2023, o Centro de Serviços Compartilhados, o **ColaboraGov**, para oferecer suporte administrativo de forma centralizada aos ministérios. Atualmente 13 órgãos se beneficiam de serviços como logística, contratações, gestão documental, orçamento e finanças, gestão de pessoas, gestão estratégica e tecnologia da informação.

O modelo inovador reduz custos devido a ganhos de escala e especialização, tornando a gestão dos serviços compartilhados mais eficiente e transparente. Desse modo, os órgãos atendidos podem focar esforços na execução das suas políticas públicas finalísticas.

Um Ministério atendido pelo Centro de Serviços Compartilhados precisaria ter uma estrutura mínima com custo estimado em R\$ 7,4 milhões. Por outro lado, o custo anual de uma estrutura individualizada em cada órgão para o atendimento dos mesmos serviços (denominada Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração ou similar) varia entre R\$ 20,5 milhões e R\$ 95 milhões, dependendo do seu porte. Dessa forma, estima-se que o **ColaboraGov pode alcançar uma economia com estrutura da área de suporte de aproximadamente R\$ 2,37 bilhões em 4 anos.**

Entre os resultados do ColaboraGov, estão:

- ▶ **R\$ 26 milhões de economia** estimada em licitações compartilhadas nas Superintendências Regionais de Administração nos estados em 2024;
- ▶ **Redução de despesas de R\$ 165 milhões anuais**, a partir de negociação com fornecedores de diversos serviços de TI;
- ▶ Instituição do **Plano Diretor de Logística Sustentável do MGI**, com vigência até 2026 e ações de sustentabilidade voltadas para o uso eficiente de recursos naturais e materiais, gestão de resíduos, eficiência energética, gestão de água e qualidade de vida no ambiente de trabalho;

O Colaboragov
é um modelo
inovador. Ao reunir
13 órgãos, garante
ganhos de escala e
redução de custos

- ▶ **Execução da folha de pagamento** de aproximadamente 40 mil pessoas de 13 órgãos, totalizando R\$ 11 bilhões em 2023 e R\$ 9 bilhões até outubro de 2024;
- ▶ **44 mil atendimentos presenciais** nas Centrais de Atendimento de Pessoal localizadas nos estados.

Direito à memória

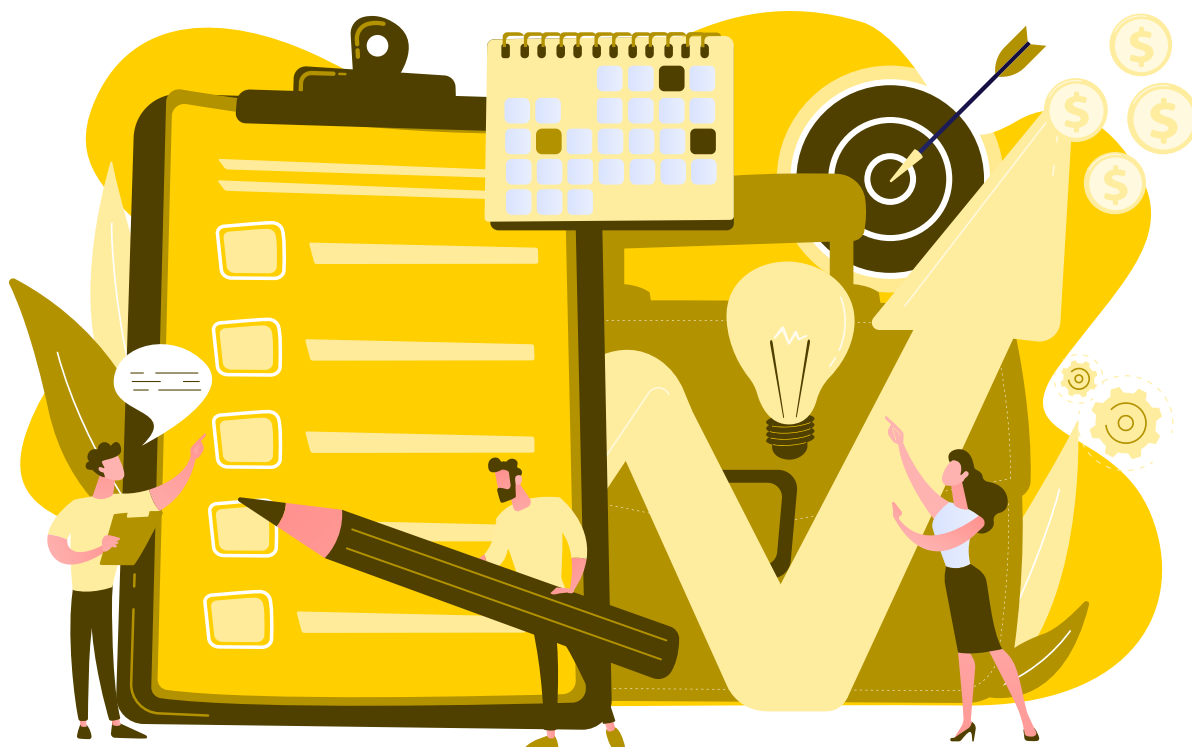
O MGI trabalha para ampliar o acesso da população aos acervos públicos e privados, garantindo o direito à informação e à memória, pilares essenciais para o pleno exercício da cidadania. Para isso, está fortalecendo a capacidade dos órgãos públicos de gerenciar seus documentos de forma adequada e valorizando o papel do Arquivo Nacional como órgão central do governo federal.

O Arquivo Nacional atua como articulador de um sistema que integra arquivos de estados, municípios e comunidades. As ações contemplam todas as etapas da gestão documental, incluindo a organização, preservação, acesso e ampla divulgação desses acervos.

Resultados alcançados na gestão de documentos em 2023 e 2024:

- ▶ Aumento em 1,5 milhão de documentos disponibilizados à sociedade, com um total de mais de 3 milhões de documentos;
- ▶ 19 milhões de acessos a bases informacionais;
- ▶ 1.543 servidoras/es capacitados em gestão de documentos, de modo a conferir agilidade no acesso às informações e promover a adequada destinação dos documentos;
- ▶ Retomada de articulações internacionais, com ênfase na cooperação Sul Global para superação de desafios da transformação digital dos arquivos. Destacam-se os seguintes acordos:
 - Protocolo de Intenções para a Cooperação e Intercâmbio de Experiências e Capacidades em Matéria Arquivística junto ao Archivo General de La Nación del Colombia (AGN), no âmbito de uma agenda geral de Direitos Humanos e democratização, que posiciona os arquivos como agentes protagonistas para a paz, a reparação histórica e a justiça ambiental;

- Declaração de Compromisso e Estatutos da Rede de Arquivos Nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
 - Projeto de Cooperação Técnica Internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para fortalecimento da Política Nacional de Arquivos e do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq);
 - Aprovação pela Assembleia Geral 2024 da Associação Latino-americana de Arquivos (ALA) de proposta do Arquivo Nacional para criação de um Grupo de Trabalho sobre Arquivos Comunitários;
- ▶ Criação da Rede de Arquivos Públicos Estaduais e do Distrito Federal no Sistema Nacional de Arquivos (SINAR);
- ▶ Destinação de R\$ 14 milhões a 22 órgãos no Rio Grande do Sul para a recuperação e tratamento dos acervos afetados pelas enchentes de 2024.



Memórias e parcerias que enchentes não destroem

Em abril de 2024, o Estado do Rio Grande do Sul foi devastado por uma das maiores catástrofes climáticas já registradas no país. O Arquivo Nacional, em conjunto com outros órgãos do Governo Federal, se mobilizou para preservar o patrimônio documental da região e recuperar os documentos danificados. Foram destinados R\$ 14,6 milhões em créditos extraordinários para apoiar 22 instituições entre universidades, tribunais, órgãos federais e estaduais, que tiveram seus acervos impactados pelas enchentes.

No primeiro momento, o foco foi identificar as necessidades urgentes de cada instituição e estabelecer uma rede de cooperação para apoio logístico, troca de experiências e informações essenciais à recuperação dos arquivos. As equipes do Arquivo Nacional fizeram plantões nos locais atingidos, trabalhando e orientando profissionais na realização de procedimentos de proteção, como o congelamento, a desinfecção e a higienização dos documentos. O congelamento impede o crescimento de fungos, permitindo que os documentos sejam posteriormente tratados de forma mais segura.

Após o período mais crítico, os técnicos do Arquivo Público realizaram vários encontros com as instituições, oferecendo orientações sobre técnicas específicas de preservação adequadas ao ambiente e recuperação de acervos. Um dos projetos de referência, em parceria com o Arquivo Nacional, foi a recuperação do acervo do Departamento de Arquivo Geral (DAG) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que foi inundado no subsolo da Reitoria no dia 30 de abril de 2024, como resultado das fortes chuvas. As fotos anexas mostram o antes e o depois.

O Arquivo Nacional, em parceria com a Secretaria de Serviços Compartilhados (SSC/MGI) e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), instalou um escritório para dar continuidade às atividades de preservação, conservação capacitação e gestão documental, fortalecendo ainda mais a atuação permanente do governo federal na região.



Arquivos danificados pelas chuvas na UFSM Recuperação contou com apoio do Arquivo Nacional - Crédito: Divulgação/UFSM



Cooperação federativa

O MGI tem se destacado como um agente facilitador no fortalecimento das relações federativas e na promoção de soluções inovadoras que impactam diretamente a gestão pública no Brasil. Por meio de diálogo ativo com estados e municípios, promovemos modernização da gestão pública, economia de recursos e melhoria dos serviços prestados à população.

Para apoiar a gestão estadual, lançamos em 2023 o Programa Nacional de Gestão e Inovação (PNGI), que **oferece mais de 30 soluções e serviços em áreas prioritárias para o setor público**. O programa promove o compartilhamento de boas práticas com governos estaduais e apoia iniciativas para melhorar a gestão das prefeituras locais, promovendo transformação digital, sustentabilidade, eficiência e inovação, e também capacitação em parceria com a Enap, o que se reflete no aprimoramento da qualidade dos serviços e políticas públicas no território. Já fazem parte: Maranhão, Bahia, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte e Espírito Santo. Essa colaboração é essencial para um Brasil mais sustentável e inovador, onde as necessidades locais são atendidas de maneira ágil e eficaz.

Também está em curso a expansão do Programa Nacional de Processo Eletrônico Nacional (Propen), um conjunto de soluções que dá suporte à realização de processos administrativos de maneira digital em diversos níveis institucionais. O objetivo é promover a transformação digital, aumentar a eficiência e ampliar a transparência na administração pública nos três níveis de governo, em especial nos estados e nas prefeituras.

Como resultado, já são **144 instituições do governo federal que utilizam o Sistema Eletrônico de Informações (SEI)** como solução de processo eletrônico, além de **16 estados**. Já foram produzidos mais de **1 bilhão de documentos digitais**, promovendo a sustentabilidade, a transparência e o fortalecimento da democracia.

O governo federal promoveu um esforço de capacitação, mobilização, transformação digital e simplificação normativa das transferências para estados e municípios



É nas cidades que a vida acontece. Por isso que o Governo Federal está ao lado das prefeituras, apoiando a gestão municipal

para que o recurso seja executado de forma mais ágil e chegue mais rapidamente a quem precisa, garantindo a transparência e rastreabilidade necessária ao controle social e à melhoria da qualidade do gasto. Desde 2023, foram formalizados no Transferegov, gerido pelo MGI, 53.487 instrumentos, com valores totais de R\$ 296,5 bilhões, destinados a todos os entes da federação e a mais de três mil OSCs, para implementação de ações em saúde, esporte, cultura, infraestrutura, segurança alimentar e nutricional, turismo, desenvolvimento produtivo, ciência e tecnologia, justiça e cidadania e outras políticas, inclusive as obras do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Todo esse trabalho é feito por meio de uma governança colaborativa via Rede de Parcerias, que articula os governos federal, estaduais e municipais, as associações municipalistas, a sociedade civil, os órgãos de controle, as escolas de governo e os poderes legislativo e judiciário.

O MGI também participa dos esforços do governo federal na recepção das novas prefeituras e prefeitos eleitos em 2024. Essa colaboração se materializa por meio de um kit de boas-vindas. Ele inclui o Manual de Transição (elaborado junto com a Secretaria de Relações Institucionais e o Ministério do Planejamento e Orçamento), o Painel Municipalista (que apresenta dados e indicadores estratégicos em formato gráfico e simplificado), o Catálogo de Soluções Federativas e um curso online (da Enap) preparando-os para os desafios dos primeiros 100 dias de mandato.

Acesse o painel municipalista!! Coloque seu estado e município e acompanhe os recursos federais transferidos para sua cidade!



Acesse a matéria



Empresas estatais e patrimônio público

Os bens imóveis e as empresas controladas pela União são importantes vetores para a Transformação do Estado rumo a um futuro sustentável, digital e inclusivo. E é nesse sentido que as ações do MGI têm garantido que o patrimônio comum a todo o povo brasileiro seja gerido com zelo e retorne todo o seu potencial transformador à sociedade.

É o caso do uso democrático de imóveis da União que passaram, de forma organizada e estruturada, a ser destinados para políticas públicas de educação, esporte e habitação social, entre muitas outras. E também dos aprimoramentos na coordenação e governança das estatais, que buscam, ao mesmo tempo, fomentar sua sustentabilidade econômica e sua capacidade de realizar entregas de caráter estratégico para o desenvolvimento.

Governança das Estatais

Entre janeiro de 2023 e agosto de 2024, as empresas estatais **investiram R\$ 109,8 bilhões no país. Em 2024** (entre janeiro e agosto), foram investidos aproximadamente **R\$ 24,8 bilhões apenas em ações do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**. Elas também respondem por **439 mil empregos diretos**. Adicionalmente, durante 2024, as estatais integraram o Programa Nova Indústria Brasil e dezenas dessas empresas assinaram o Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão.

O governo federal adotou, em dezembro de 2024, **um conjunto de medidas estratégicas para modernizar e ampliar a eficiência da gestão das empresas** sob seu controle acionário, preservando sua autonomia e alinhando-as às melhores práticas de governança corporativa, para que elas possam gerar cada vez mais valor público à sociedade brasileira.

As medidas envolvem a criação do Programa de Governança e Modernização das Empresas Estatais, de alcance abrangente, com foco em capacitação, alinhamento estratégico e aumento da eficiência por meio de remodelagens de negócio. Envolvem também um novo arranjo institucional para a coordenação das estatais.

O Sistema de Coordenação e da Governança e da Supervisão Ministerial (Sisest) será instituído com participação das 44 estatais federais de controle direto, suas subsidi-

árias e os 16 ministérios supervisores. Tendo o MGI como órgão central, essa rede dá ao governo uma visão integrada das operações das estatais, bem como de seus desafios e oportunidades de melhoria. O Sisest operacionaliza as deliberações da comissão de ministras/os que delibera sobre as questões de maior relevância relativa às propriedades estatais de empresas públicas, a CGPAR, que também teve seu papel fortalecido com a revisão do Decreto de 2007 que o instituiu.

O governo ainda lançou um [relatório agregado](#) que reúne informações sobre a atuação das 44 empresas estatais federais de controle direto da União. O documento demonstra como as estatais geram valor à sociedade, seja por meio de funções de interesse coletivo, como atendimento médico gratuito, seja ao investir em setores estratégicos de longo prazo, superando a lógica de mercado.

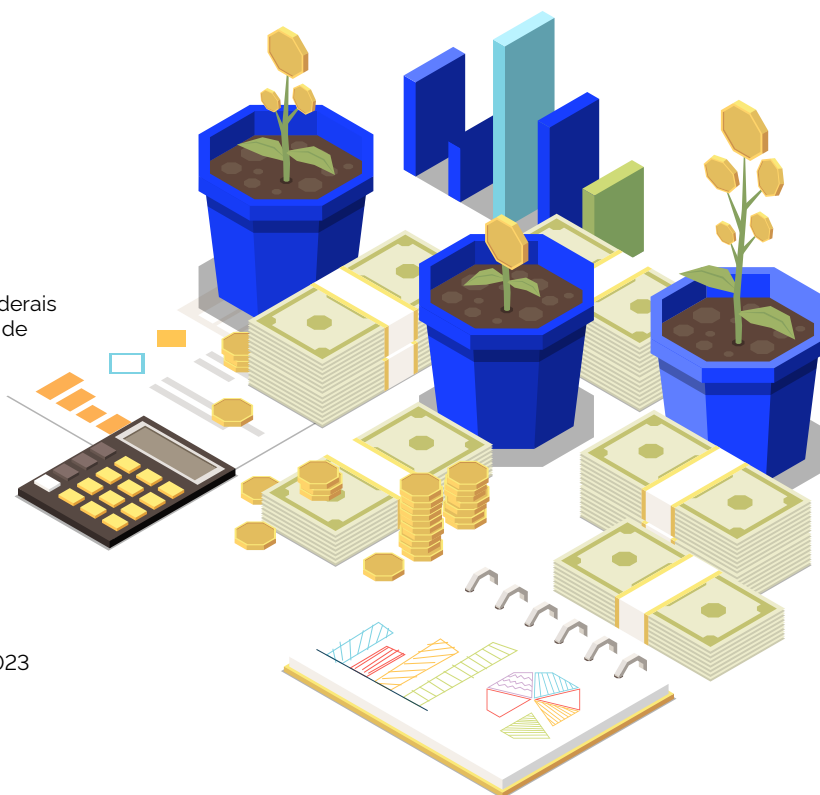
**O Sisest dá ao
Governo uma
visão integrada
sobre as estatais,
potencializando
seu papel na
transformação
do Estado**

**R\$ 1,25
trilhão**

Faturamento das estatais federais
em 2023, com lucro líquido de
R\$ 197,9 bilhões no ano

**5,75%
do PIB**

Contribuição da riqueza
gerada pelas estatais para
a economia brasileira em 2023



Imóvel da gente

O **Programa de Democratização de Imóveis da União - Imóvel da Gente** direciona imóveis sem uso ou ociosos para políticas públicas como educação, habitação, saúde, assistência social, cultura e esporte, entre outros usos. O programa é um marco na gestão do patrimônio da União ao fomentar políticas públicas, promover habitação de interesse social em áreas bem localizadas, regularização fundiária em territórios vulneráveis e contribuir para o cumprimento da função socioambiental dos imóveis públicos, em benefício da população.



O diálogo e a sistematização das demandas regionalizadas são aprimorados nos **Fóruns Estaduais de Apoio ao Programa de Democratização dos Imóveis da União**, que levantam informações sobre imóveis com potencial para o programa. Eles também reúnem as demandas de movimentos sociais e entidades, prefeituras e governos estaduais e apoiam o monitoramento da política. Até o final de 2024, todos os 27 fóruns estaduais estarão instalados. Esse compromisso com o diálogo também foi reforçado durante o G20 Social, no Rio de Janeiro, quando o MGI debateu aprimoramentos no Imóvel da Gente com lideranças e participantes dos movimentos de moradia da cidade e de uso da terra do campo.

Em outra frente de atuação, em 2023, o MGI demarcou **86 mil km de terrenos marginais e 15 mil km de terrenos de marinha envolvendo os Estados do Acre, Amapá, Roraima, Rondônia e Tocantins**, com capacitação de Ministérios e de municípios litorâneos sobre gestão de praias no contexto da crise climática. Até o fim do ano de 2024, estará concluída a demarcação de 117,6 mil km de terrenos marginais de rios federais e 22 mil km de terrenos de marinha. A demarcação delimita e identifica áreas da União, trazendo segurança jurídica e física aos imóveis. Permite que a União, a partir da legislação patrimonial e em cooperação federativa, promova a regularização fundiária de ocupantes de boa-fé, assegure direitos de povos e comunidades historicamente excluídos do acesso à terra, estabeleça ações de preservação ambiental e destine imóveis inseridos nesses territórios para políticas públicas.

O projeto SPU+Ágil, que faz a **digitalização de serviços relativos ao** patrimônio, busca torná-los mais rápidos e focados nas necessidades das pessoas. O portal conta com novo design, implantado em agosto de 2024, com o objetivo de tornar a jornada de usuários mais intuitiva. No comparativo entre 2022 e 2024, o tempo médio de atendimento nos serviços foi reduzido em aproximadamente 79%, considerando exclusivamente os requerimentos já atendidos.

Patrimônio público ocioso se transforma na casa própria

No centro de Belo Horizonte entre lojas, prédios comerciais e um vai e vem de carros e pessoas, um antigo prédio público, antes vazio e ocioso, abriga cerca de 40 famílias. Chefiadas por mu-

lheres em sua maioria, elas moram na Ocupação Zezeu Ribeiro e Norma Lucia desde abril de 2015. Por meio do Programa Imóvel da Gente, os moradores receberam, em dezembro de 2023, a carta de anuência da regularização do prédio, que pertencia à União. Após assinatura do contrato com a Caixa, obras vão transformar o antigo imóvel do INSS em moradias definitivas. Hoje o local é administrado por lideranças de quatro movimentos de moradia.

88 famílias serão beneficiadas e poderão, assim como Jovina da Silva, 68 anos, celebrar a conquista da casa própria e no centro da cidade. "Não foi uma luta em vão. Estou muito feliz. A sensação de poder responder que eu moro na rua Caetés 331 é muito emocionante. A vida inteira eu vim para o centro trabalhar como doméstica para os ricos. Quem diria que um dia eu estaria aqui [morando no centro da cidade]? É muito gratificante".

Iris de Souza Almeida, 66 anos, mora no 1º andar do edifício, onde ainda é possível ver mesas e cadeiras do local que, um dia, já foi uma repartição pública e agora abriga os sonhos e a luta de uma mulher que participa dos movimentos por moradia desde 1993. "A moradia é a própria dignidade da gente. É a identidade da pessoa. Você ter onde colocar sua cabeça para descansar, onde colocar suas coisinhas, saber que vai ter um local para fazer sua comidinha, tomar um banho. Sem a moradia, não existe nem saúde e nem educação. A moradia é a base de tudo", afirma.

Já Maria Elci, conhecida como Pequetita, reforça a importância do imóvel estar localizado no centro da cidade, perto de tudo. "O povo pobre pode morar no centro sim!", defende. Ela é uma das coordenadoras e detalha que o projeto terá 88 apartamentos e lojas no térreo, que serão alugadas para ajudar a pagar o condomínio. "Antes da SPU entregar a carta de regularização, a gente ficava com o coração na mão todos os dias, com medo de ter uma reintegração de posse", diz Pequetita. "O nosso sonho agora é ver cada um com sua chave na mão, abrir a porta e poder dizer 'Isso aqui é meu!'."



Prédio do INSS será transformado em moradia para 88 famílias.



"O povo pobre pode morar no centro sim!", diz Pequetita.
Crédito das Fotos: Adriano Prado/MGI



Acesse a
matéria



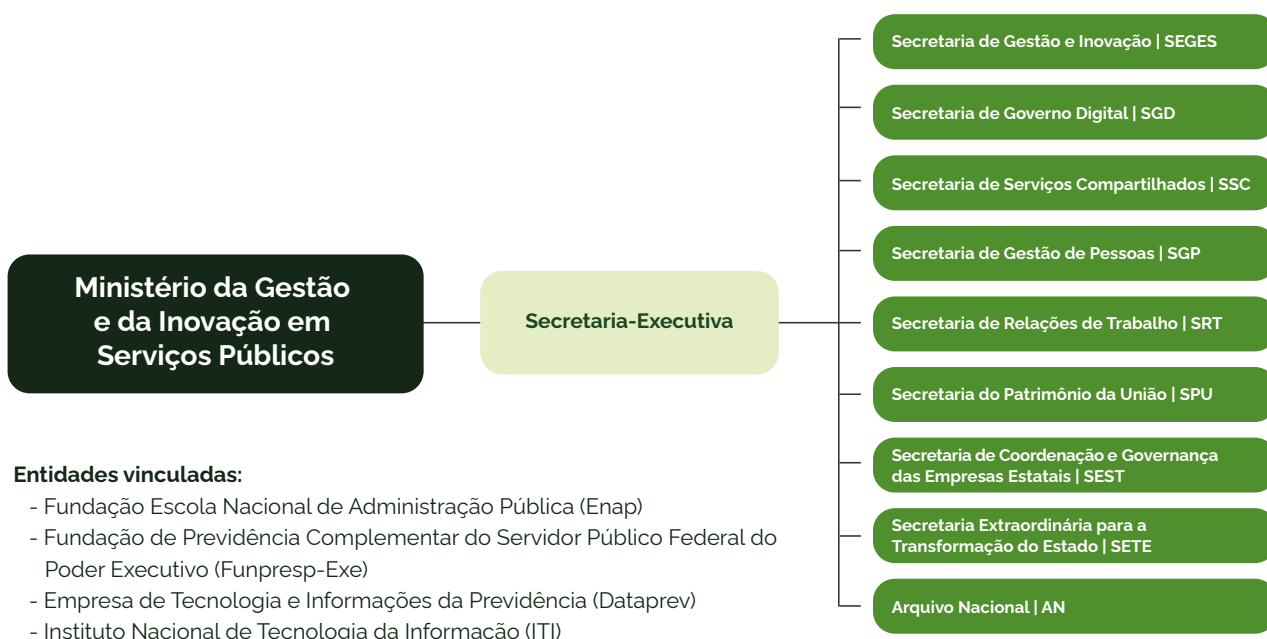


Conheça mais sobre o
MGI

Criado em janeiro de 2023, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos possui, entre suas atribuições, atuar para que o Brasil alcance uma gestão pública efetiva e inovadora, capaz de gerar valor público e reduzir desigualdades. O ministério também é responsável por definir a política de gestão de pessoas e de desenvolvimento de competências transversais e de liderança para o quadro de servidoras e servidores da administração pública federal, assim como promover ações de inovação em serviços públicos; entre outras.

Estrutura organizacional do MGI

O organograma a seguir apresenta a estrutura do ministério, incluindo suas entidades vinculadas.



Estratégia do MGI

Para guiar a atuação do ministério, dada sua complexidade e amplo escopo, foram definidos os direcionadores estratégicos do MGI: sua missão, visão e valores, além de 13 objetivos estratégicos. A gestão estratégica é uma boa prática de governança e gestão reconhecida internacionalmente, pois tem a função de orientar todas as pessoas que trabalham diariamente no ministério e também comunicar para outras instituições e para a sociedade qual é o propósito do MGI.



Missão

Ampliar e qualificar a gestão, os serviços e as políticas governamentais para a sociedade e a administração pública, apoiando e potencializando a inovação e o fortalecimento das capacidades do Estado



Visão

Atuar como liderança da transformação do Estado, fundada nos valores democráticos, para a promoção da inovação em políticas públicas que impulsionem o desenvolvimento sustentável e o pleno exercício da cidadania



Valores

Colaboração

Promoção de políticas públicas pautadas na articulação interministerial, na cooperação federativa e internacional e na parceria com empresas e terceiro setor, mantendo a soberania na gestão de recursos do Estado

Democracia

Gestão de serviços públicos que ampliem e preservem direitos, a partir dos princípios da inclusão, justiça social e exercício pleno da cidadania

Diversidade

Eliminação das diversas formas de discriminação e exclusão, a partir de ações antirracistas, antissexistas, antilgbtqi+*fobia, anticapacitistas e antietaristas

Integridade

Atuação com transparência, responsabilidade, ética, respeito, probidade, coerência e atenção ao interesse público, respondendo com tempestividade aos riscos relevantes

Participação

Fomento de canais de diálogo e construção com movimentos sociais e agentes da sociedade civil, que efetivem processos participativos e democráticos na consecução da estratégia ministerial

Qualidade

Gestão pública resolutiva e responsiva, por meio da inovação, da tecnologia e da experimentação institucional

Sustentabilidade

Promoção da sustentabilidade socioambiental com equidade, foco na preservação do meio ambiente, no engajamento e na responsabilidade das ações empreendidas

O planejamento estratégico institucional do MGI foi estruturado em quatro níveis principais, que se articulam de acordo com a seguinte hierarquia:

- ▶ **Objetivos estratégicos:** representam o que se deseja alcançar e qual é a prioridade dentro das principais áreas de atuação do MGI. Esses objetivos compõem o mapa estratégico e fornecem uma direção clara, propósito e metas amplas do ministério;
- ▶ **Resultados-chave:** são marcos que permitem medir o progresso em direção aos objetivos estratégicos;
- ▶ **Iniciativas estratégicas:** representam projetos, medidas ou ações estruturantes ou de grande relevância;
- ▶ **Entregas estratégicas:** são produtos, serviços, melhorias ou realizações concretas que demonstram o progresso alcançado pela iniciativa.

O monitoramento da estratégia do MGI é realizado de forma contínua, seja por meio de reuniões mensais com representantes das secretarias, seja por meio de reuniões de avaliação da estratégia trimestrais, realizadas pelo Comitê Ministerial de Governança.



Conheça os 13 objetivos estratégicos do MGI:

1

Promover a inovação, a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços públicos, em articulação com instituições da administração pública federal, cooperação federativa com estados e municípios e diálogo com a sociedade

2

Valorizar as servidoras e os servidores públicos para pleno exercício de suas funções e melhoria da qualidade do serviço prestado, aprimorando concursos e carreiras, promovendo a profissionalização da burocracia e a democratização das relações de trabalho

3

Liderar e promover a transformação digital da administração pública, em cooperação federativa, com segurança, transparência e foco nas pessoas

4

Consolidar o sistema de identificação e implantar a Carteira de Identidade Nacional em todo o país, ampliando o acesso aos serviços públicos e a confiança na relação com a população

5

Aperfeiçoar modelos de compras governamentais e parcerias públicas como instrumentos de indução ao desenvolvimento inclusivo e sustentável do país

6

Aprimorar o uso e a destinação do patrimônio da União por meio da gestão participativa, racional, socioambientalmente justa, priorizando o atendimento às políticas públicas

7

Ampliar o acesso aos documentos, por meio do fortalecimento da gestão de documentos e arquivos, sob coordenação do Arquivo Nacional, assegurando o direito à informação e à memória do país

8

Fortalecer as empresas estatais, com adequada governança corporativa, revalorizando a propriedade pública e seu papel no desenvolvimento inclusivo e sustentável do país

9

Aprimorar os processos e serviços de gestão patrimonial, com transformação digital e foco nas pessoas

10

Aperfeiçoar estruturas de atuação governamental, modelos de governança e gestão para mais e melhores políticas públicas

11

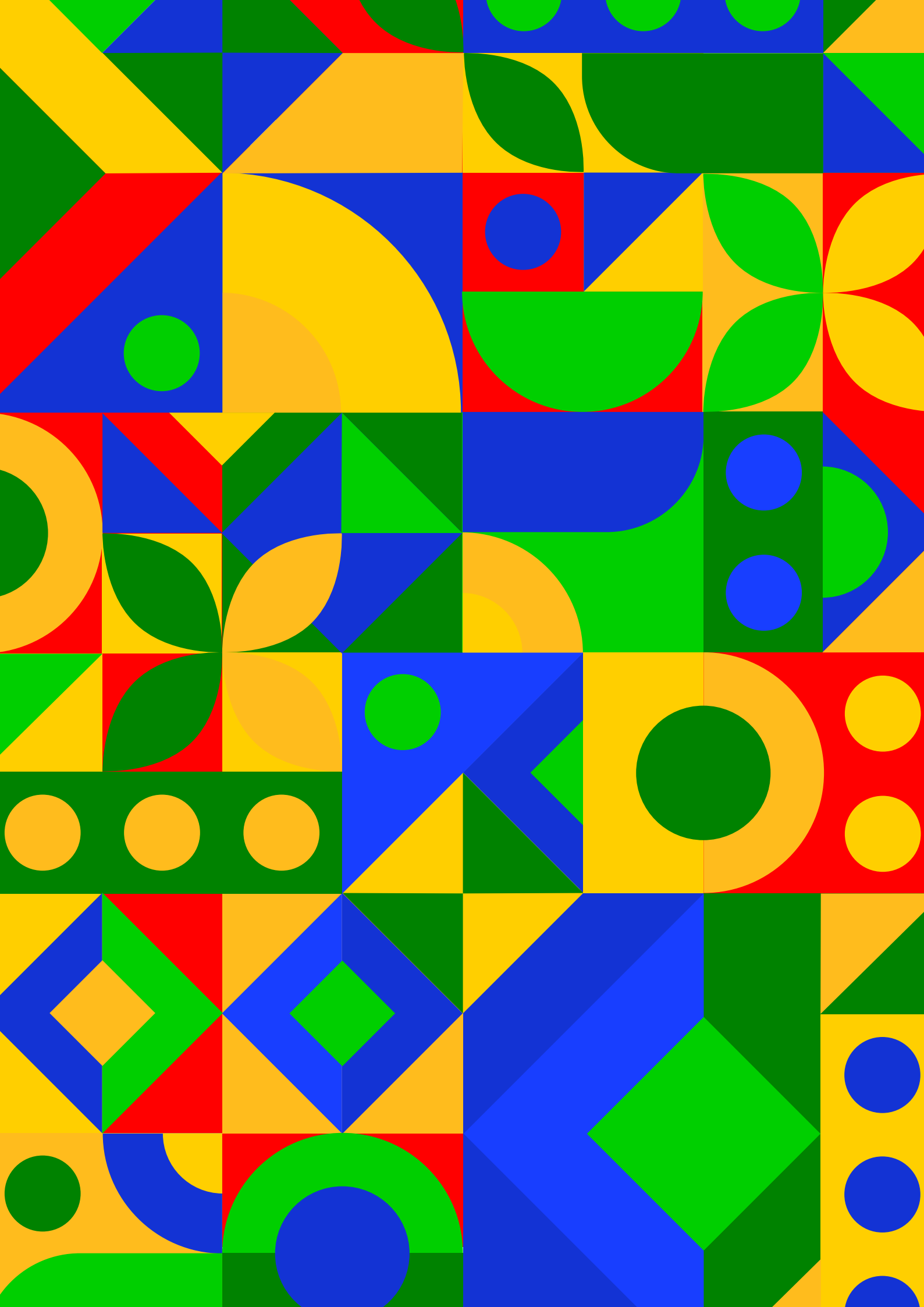
Consolidar e gerir a infraestrutura nacional de dados para facilitar a governança, a integração e o uso de dados nas políticas públicas com segurança, respeito à privacidade e à proteção das informações

12

Formar e desenvolver as competências dos agentes públicos, necessárias para melhor servir à sociedade, com agilidade e inovação adaptadas aos contextos dinâmicos

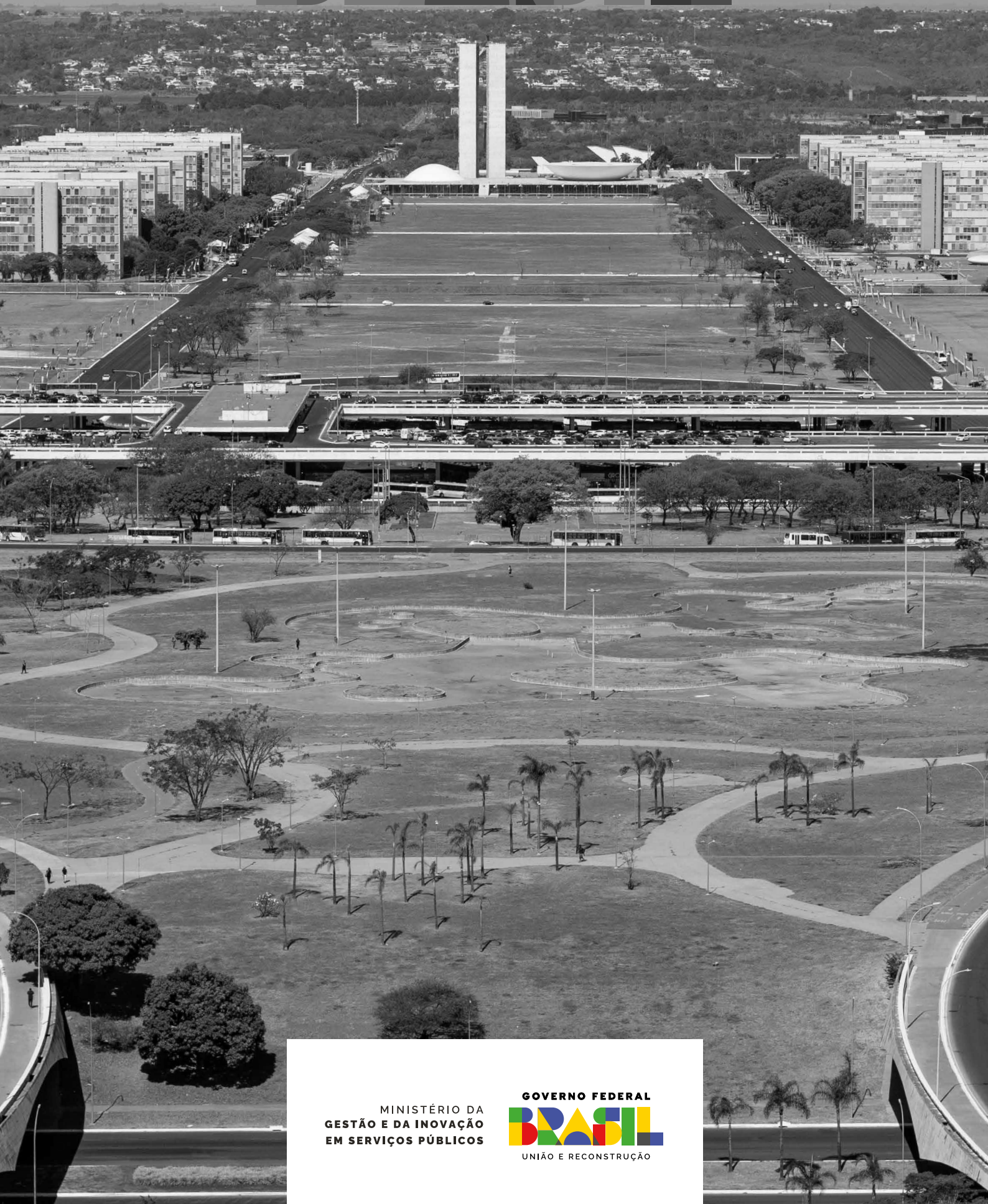
13

Prover serviços de suporte compartilhados e difundir soluções de alta qualidade para toda administração pública federal





BRASIL



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO